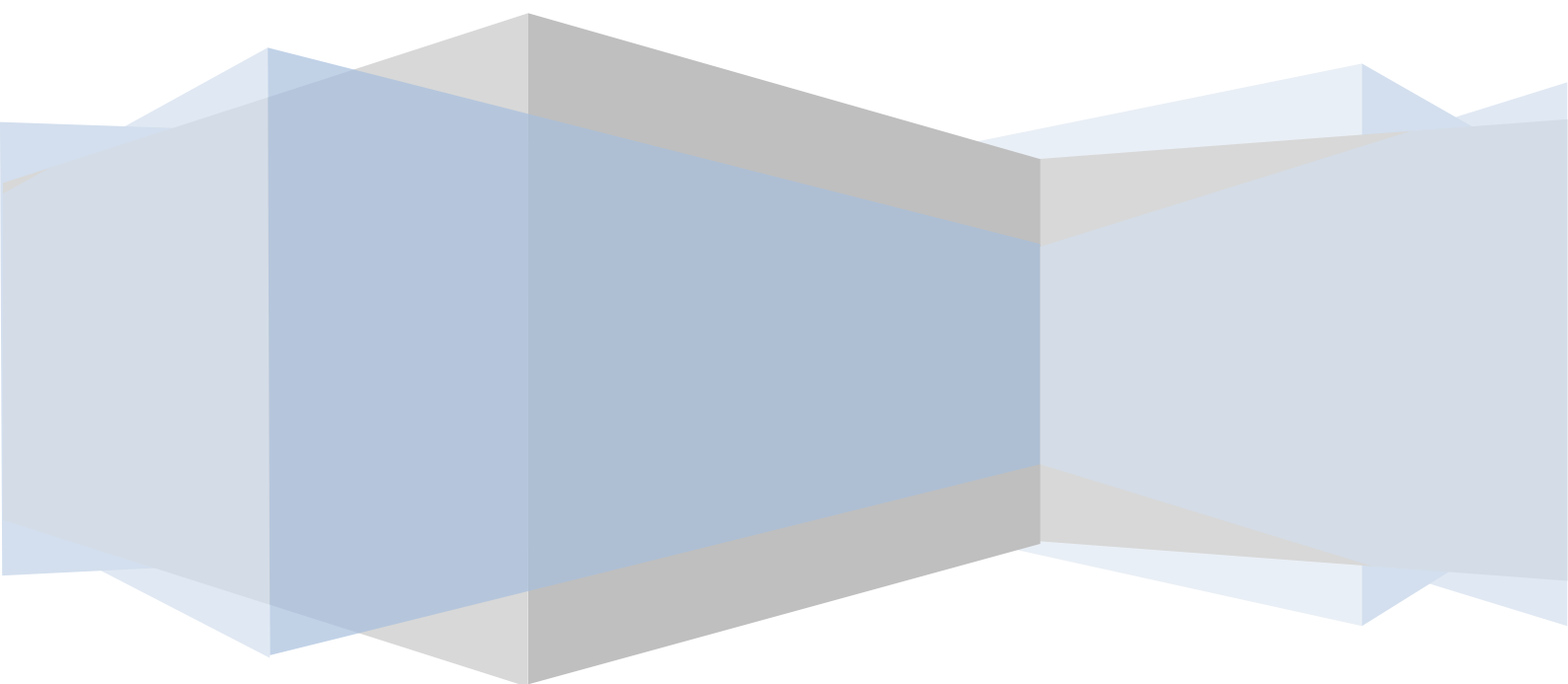


História e Historiografia

Carlos Mota, UTAD, ECHS, DEP, 2019:

para uso didático.



Índice

Introdução	2
Capítulo 3: Síntese dos principais conceitos. Os historiadores e os factos históricos.....	3
Capítulo 4: Fontes e discursos.....	8
Conclusão	10
Identificação de nomes e instituições	11
Bibliografia.....	12

Introdução

“Em Defesa da História” é uma obra de Richard Evans, que aborda vários problemas da Historiografia.

Analisamos aqui o tema um, que abarca o capítulo 3 (tratando as relações entre os historiadores e os factos históricos) e o capítulo 4 (que trata de fontes e discursos: o que um historiador seleciona e o que daí resulta).

Os outros temas desta obra como a causalidade em História: relações de causa-efeito (cap. 6); a sociedade e o indivíduo: os protagonistas; saber e poder: história da cultura e da política; a objetividade e seus limites, são muito mais complicados. Reflete-se sobre a “História” vista como “tempo” ou “processo histórico” e descrita pela “Historiografia” (em sentido literal “a escrita sobre a História”).

É possível estabelecer que as Fontes são a “âncora” do discurso historiográfico. Se é verdade (como assinala Luís Miguel Duarte)¹, que “todas as fontes são mentirosas”, é também verdade que se não seguir fontes (atualmente muito mais diversificadas que as escritas) pouco (ou nada) distingue “História” – no sentido da Historiografia, de “Romance Histórico” – literatura, portanto. A História não é um “género literário”. O escritor de romances é como um “Deus” dentro do “Mundo” ficcionado que cria. “Mata” personagens (aliás, inventa-as), molda-as como quer. A literatura tem valor, porque nos dá informação e proporciona momentos de fruição estética. No entanto a História tem a sua «âncora», como campo de conhecimento, nas fontes. Não é fundamental considerar a História uma ciência. José Maria Amado Mendes refere que José Mattoso afirma que “a História é um saber, e não propriamente uma ciência.”² Amado Mendes cita Braudel, que dizia que [se] «somos historiadores, devemos iniciar uma série de diálogos com cada um dos grandes setores das ciências do homem.»³

A Historiografia deve ser (por tudo o que ficou dito) elaborada por profissionais.

Sendo a linguagem do Historiador a mesma que é usada em geral, este deve escrever com rigor, sempre, e se possível, de forma elegante. Mas, embora a própria literatura possa ser fonte histórica, o contacto entre história e literatura fica reduzido a esse facto.

¹ Duarte, Luís Miguel Ribeiro Oliveira, Professor de Teoria e Tipologia das Fontes Históricas. Catedrático do DHEPI da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: apontamentos de aulas.

² Mendes, José M. Amado. *História Económica e Social dos Séculos XV e XX*, 2ª ed, Lisboa, FCG, 1992, p. 13

³ Mendes, op. cit., p. 17

Capítulo 3: Síntese dos principais conceitos. Os historiadores e os factos históricos.

Para Sir Geoffrey Elton, o facto histórico era ocorrência situada no passado e que deixara vestígios em documentos que podiam ser utilizados pelos historiadores para reconstruir o mesmo no presente.

Devemos notar que a noção de “documento” tem vindo a tornar-se mais abrangente do que a mera redução a “textos”. A utilização de vestígios arqueológicos diversos, a numismática, mais próximo de nós o cinema, o documentário, as reportagens jornalísticas ou a fotografia passaram a ser vistos como fontes históricas (portanto documentos). O presente não pode ser excluído do passado. Olhamos para o passado com “olhos” contemporâneos, valores e gostos contemporâneos. Por outro lado, a história não poderia ocupar-se de tudo o que “aconteceu”. Como explica a Professora Paula Pinto Costa, o lápis que cai acidentalmente ao chão (nada de especial daí resultando) não é um facto histórico. Diria que o facto histórico tem de ter relevância. Para Carr, um facto passa a ser histórico quando é aceite como tal pelos historiadores. De qualquer modo, a interpretação do facto é fundamental. “Os factos precedem, conceptualmente, a interpretação, ao mesmo tempo que a interpretação precede a ascensão de um facto à condição de prova. Refere Evans que “o trabalho de historiador não começa no arquivo, mas muito antes: o historiador formulou uma tese, partiu em busca das provas e descobriu factos.”⁴ Neste texto, Richard Evans defende provas e factos como distintos, dizendo que Carr cai no erro de os confundir. Também considera a confusão entre factos e acontecimentos feita por White. Para Evans, o facto não tem de ser um acontecimento; pode ser um edifício (por exemplo). Assim, a história não trata apenas de acontecimentos, o que se aplica não só à história económica, social, cultural ou intelectual como a outros tipos de história mais orientados para acontecimentos, como a história política ou militar. Os documentos (cita Dominick Lacapra) são textos que completam ou reelaboram a realidade, e não meras fontes de informação que debitam factos sobre a ‘realidade’.⁵ Para Evans, os documentos escritos são sempre o resultado do ponto de vista de alguém.

Osbert Lancaster escreveu “os meus critérios políticos, arquitetónicos e cénicos permanecem firmemente anglo-saxões e os padrões de audição são sempre os de um

⁴ Evans, Richard. *Em defesa da História*, p. 92

⁵ Evans, Richard, op. cit., p. 95

anglicano graduado por Oxford, com gosto pela arquitetura e tornado caricaturista, aproximando-se da idade madura e vivendo em Kensington.”⁶

Não existe História (melhor, Historiografia) sem historiador. “A função do historiador é imprescindível à História, pois é ele que pesquisa, explora e trata os testemunhos e, inclusive, elabora a história propriamente dita.”⁷ A leitura e releitura de fontes de qualquer tipo não deve levar a um relativismo total, o que transformaria a história num discurso (ou pluralidade de discursos) desconexo, contraditório e sem qualquer ligação ao passado remoto ou recente. Pelo contrário, através de um diálogo entre especialistas e de uma postura já defendida há muito pelos investigadores em ciências naturais, a História pode progredir e até autocriticar. Aliás, as “verdades científicas” hoje são sempre vistas como provisórias, mesmo quando têm o estatuto de lei. Isso não invalida, como afirma Catriona Kelly (citada por Evans) que “a narração da história seja uma tarefa muito mais complicada do que seria de esperar se as fontes refletissem o mundo real numa base inequívoca, como os pós-modernistas escreveram sem a conceção dos historiadores.”⁸ Raphael Samuel chega a afirmar que, em lugar de documentar o passado minuciosamente, os historiadores poderão reinventá-lo com imaginação.⁹

A releitura das fontes acontecerá sempre. Penso que o processo é inerente à curiosidade humana e facilitada pelo próprio progresso tecnológico. Não se deve pretender que alguém tenha lido, ou interpretado uma fonte (não só escrita), de forma definitiva. À medida que o tempo passa, os historiadores de gerações mais novas vão relendo não só as obras mas também as fontes em que se basearam os historiadores que os antecederam. Este processo é válido para qualquer aspeto da História. Evans refere que o historiador Emmanuel Leroy Ladurie estudou, para o seu famoso livro *Montaillou* relatórios inquisitoriais e encontrou provas diferentes e, em muitos casos, factos diferentes dos encontrados pelos seus predecessores.¹⁰

Assim, Sir Geoffrey Elton está enganado quando afirma haver apenas uma maneira lícita de ler um dado documento. Os documentos podem ser lidos de várias maneiras, todas elas, pelo menos em teoria, igualmente válidas.¹¹

⁶ Citado por Piggott, Stuart. *A Europa Antiga do Início da Agricultura à Antiguidade Clássica*, FCG, Lisboa, 1981, p. 10

⁷ Mendes, José M. Amado. *A História como Ciência*, Coimbra Editora, 1989, p. 17

⁸ Evans, Richard, op. cit., p. 96

⁹ Evans, Richard, op. cit., p. 97

¹⁰ Evans, Richard, op. cit., p. 98

¹¹ Evans, Richard, op. cit., p. 99

Michel Foucault defendia a tese de que o “novo” é o “velho” dito de outra maneira. É um facto que a releitura das fontes pode produzir novas conclusões.

Um historiador intelectual como José Barata Moura, tradutor de *Das Kapital* não relê a obra para reconstruir factos, mas para traçar um significado para a própria obra.¹² O historiador intelectual não é uma pessoa especificamente interessada na descoberta de documentação. É verdade que os arquivos são o produto da sobrevivência casual de alguns documentos e da perda casual ou deliberada de outros. Acontece até que documentos considerados inúteis numa época possam ter grande valor noutra época.

Richard Evans fala de “relatórios inúteis” da polícia de Hamburgo que continham muita informação sobre como fumavam os trabalhadores socialistas (isto nas décadas de 20 a 30 do século XX). Os registos que sobrevivem são incompletos e o processo de seleção arbitrário.¹³ Mas a natureza sempre parcial dos vestígios não autoriza o historiador a “inventar” de forma a recriar o passado. Creio que esta é a grande diferença entre a história e a literatura (como, aliás, já referi). O escritor de romances pode “inventar”. Quem escreve literatura cria situações, acontecimentos, personagens, motivações e, normalmente, desembarca num “fim”. O historiador não pode fazer isso: se o fizer poderá escrever algo muito belo e agradável de ler, mas terá deixado de ser historiador. É curioso notar que a permanente releitura da historiografia tem permitido, em muitos casos, a sua correção, *a posteriori*.

É hoje insustentável, por exemplo, fazer a apologia histórica do colonialismo, ou do holocausto. De resto, em relação ao holocausto, existem «negacionistas» (com muito pouco sucesso) porque as fontes referentes a essa tragédia são múltiplas e de muitos tipos. Questões como a crítica linguística referentes à história não diminuem o que os historiadores escreveram. É claro que as línguas evoluem e a palavra (constituída por significante e significado) também muda. O significado altera-se. A crítica alerta para esse facto, que deve ser levado em conta e mostra como é difícil “escrever História!” Para isto é necessário ter vivência, cultura (diria mesmo erudição). O erudito não sente fronteiras em relação aos assuntos culturais ou científicos que o interessam. Por outro lado, o erudito é alguém sempre disposto a aprender, vendo a vida e o mundo como uma enorme escola. A tradução do historiador é diferente da do tradutor literário ou de filosofia. O historiador traduz a um nível relativamente básico.

¹² Evans, Richard, op. cit., pp. 100-101

¹³ Evans, Richard, op. cit., p. 103

Para a construção da historiografia importa distinguir fontes primárias de secundárias. Também se pode falar em “autoridades originais e derivadas”¹⁴

As “autoridades derivadas” são historiadores e cronistas que relatam e debatem acontecimentos que não presenciaram. No século XIX, a distinção entre fontes primárias e secundárias foi apresentada por estudiosos alemães. As críticas de Roland Barthes e Jacques Derrida, para quem a história é uma ilusão de que o passado seria “descoberto” pelos historiadores, no fundo não é, ela própria, uma redução de uma questão antiga, se bem que muito importante.

De facto, nos estudos sobre a humanidade há uma sobreposição sujeito – objeto de conhecimento, que não existe nas disciplinas que se ocupam de “natureza”. Porém, não é o mesmo “sujeito” (eu, por exemplo) quem estuda Pedro Álvares Cabral. Existe alguma sobreposição (ou falta de objetividade) porque estudar o “Descobrimento” o “Achamento” do Brasil toca as pessoas, os leitores e os escritores, de uma forma que descrever as propriedades de uma rocha, por exemplo, não faz. Os historiadores têm de saber que o processo de escrita da História tem este problema, mas tal continua a não diminuir a História como disciplina que pode (e deve) procurar aperfeiçoar-se sempre. Daí resulta que a afirmação de Jenkins em *Re-thinking*, segundo a qual “quando estudamos história não estamos a estudar o passado, mas a construção histórica do passado, perpetuada pelos historiadores”¹⁵ revela-se exagerada porque não se pode ver (como em outros casos de “crítica” à História) qual seria a alternativa. Para Keith Jenkins, citado por Evans, a História é simplesmente um discurso, uma «interpretação congelada».¹⁶

As críticas à História (no sentido de historiografia) parecem-me, muitas vezes, exercícios especulativos e estéreis, quando não – como neste caso – crítica sem conhecimento. De facto, dizer que a História é «simplesmente um discurso, uma «interpretação congelada»» é um erro. Vimos que a História vai sendo reanalisada, não só porque as gerações humanas se sucedem, mas também porque durante uma sucessão se processam avanços científicos em geral, também aplicáveis à análise historiográfica.

A História não é “simplesmente um discurso”. Se o fosse, equivalia a qualquer discurso, por exemplo, o publicitário. Também não é uma «interpretação congelada» na medida em que é revisível, não sem motivos, mas para tentar melhorar o seu rigor.

¹⁴ Evans, Richard op. cit., p. 107, citando Arnaldo Momigliano

¹⁵ Jenkins, Keith *Re-thinking*, p. 41

¹⁶ Jenkins, Keith op. cit., p. 42

Assim, “a história perdeu o seu pudor narrativo e descritivo, para se tornar mais explicativa e até problematizante [...] é ao investigador que compete «interrogar» e «fazer falar» a fonte e não o inverso. Assim, a problematização e a(s) hipótese(s) precede(m) a pesquisa.”¹⁷

Richard Evans cita os pós-modernistas e refere Hayden White, para quem o processo de escrever um livro de história é semelhante ao de pesquisar e escrever um romance. Acrescenta: “White não se limita a negar a probabilidade de atingir um conhecimento objetivo do passado; afirma também ser inútil debater o assunto (...)”¹⁸

A comparação entre a ficção e a escrita da História (nos nossos dias) é obviamente exagerada por motivos que já tratámos e que são diversos. Não se pode querer confundir a escrita historiográfica com a ficção. Fazer análise e crítica à historiografia é positivo, sobretudo para evitar a intromissão de elementos de tipo político, religioso, cultural em geral, na História. Paul Veyne considera que a História não é ciência. “(...) ela não tem por isso menos rigor, mas esse rigor coloca-se ao nível da crítica.”¹⁹

Comparar autores que se esforçam anos a fio para obter formação em História, discutindo até de maneira transdisciplinar os seus trabalhos com autores de romances de ficção científica ou até literatura fantástica é um erro.

¹⁷ Mendes, José M. Amado. *História Económica e Social nos Séculos XV e XX*, Lisboa, FCG, 2ª ed., 1997, p. 22.

¹⁸ Evans, Richard op. cit., pp. 114-115, citando Hayden White.

¹⁹ Veyne, Paul. *Como se escreve a História*, Ed. 70, Lisboa, 2008, p. 22.

Capítulo 4: Fontes e discursos.

Qualquer pessoa que tenha publicado um livro sabe que haverá múltiplas leituras do mesmo, diz R. Evans.²⁰ Os historiadores também sabem isso, bem como se sabe que no clássico exemplo do acidente de viação, cada espectador o descreve de forma diferente. No fundo, é verdade que em última análise só a matemática seria uma linguagem objetiva. É verdade que a equação $1+1=2$ não tem discussão. É também verdade que, pese embora o seu progresso, nenhum tipo de discurso científico chegou até hoje à objetividade da matemática. Isso tem explicação. A matemática trabalha com criações da mente humana: não existe uma esfera perfeita na Natureza, por exemplo. As ciências em geral trabalham com o que chamamos realidade, natural ou humana.

A matemática é hoje considerada uma linguagem, ou conjunto de linguagens, ou uma ferramenta (muito útil) usada pelo conhecimento humano em qualquer área.

A linguagem dos documentos históricos nunca é totalmente transparente – nota Evans; também é verdade que os historiadores, muitas vezes, têm que atender não só a um, mas a vários textos e contextos. Tudo isto é verdade, mas creio que estas questões não resultam de uma má construção da historiografia ou de desonestidade: são inerentes ao objeto de estudo, a presença do homem na Terra.²¹ Essa presença é naturalmente discutida com emoção, rancor, adesão, rejeição; pode recorrer-se a formas de atenuar esses problemas, como por exemplo deixar passar tempo (obtendo distância focal). Mas temas como a escravatura ou os totalitarismos não deixam ninguém em estado de ausência de emoção, como a equação $1+1=2$.

O pós-modernismo, no seu exagero, levaria, se aplicado, a um paradoxo: a absolutização da relativização. Os historiadores não visam sempre induzir o leitor na ideia de que são imparciais e objetivos, e se o fazem podem e devem ser corrigidos.²²

Os historiadores são, em muitos casos, professores de história e devem levar os alunos a uma postura crítica face aos livros e artigos que estudam. Estas observações de Richard Evans desmentem a crítica pós-modernista, segundo a qual «os estudantes de história aprenderão a conformar-se e não a questionar.»²³

²⁰ Evans, Richard op. cit., p. 117

²¹ Definição de História do Prof. Luís Amaral, que parece extremamente bem conseguida. (Apontamentos da disciplina de HMEDP2).

²² “Ninguém é imparcial”, afirma Luís Duarte.

²³ Evans, Richard op. cit., citando Southgate, Bever Ley em “History”.

O próprio ensino de história confronta o seu público com a sua natureza provisória e incerta de interpretação. Também se deve sublinhar que o passado não é apenas um “texto” – seja qual for a delimitação que se dê de “texto”. O passado não está escrito definitivamente à espera que alguém o leia e divulgue.

Evans salienta – e bem – que os acontecimentos sociais e políticos não se podem equiparar a textos literários. Uma fonte histórica não equivale a um texto literário e os historiadores recorrem cada vez mais a fontes que não são “texto”. No futuro (mas já neste momento), fontes resultantes de emissões televisivas, de internet, fotografias, filmagens diversas, ajudarão a completar o universo do material tratável para a escrita da História.

A pretensão da crítica pós-moderna de considerar equivalentes todos os tipos de textos, anulando diferenças entre fontes primárias e secundárias é um artifício que não pode considerar-se uma crítica válida.

Por outro lado, a crítica marxista à historiografia não tem grande sentido, porque para os marxistas o processo histórico está pré-determinado e não é muito importante validar algo com o auxílio de fontes.

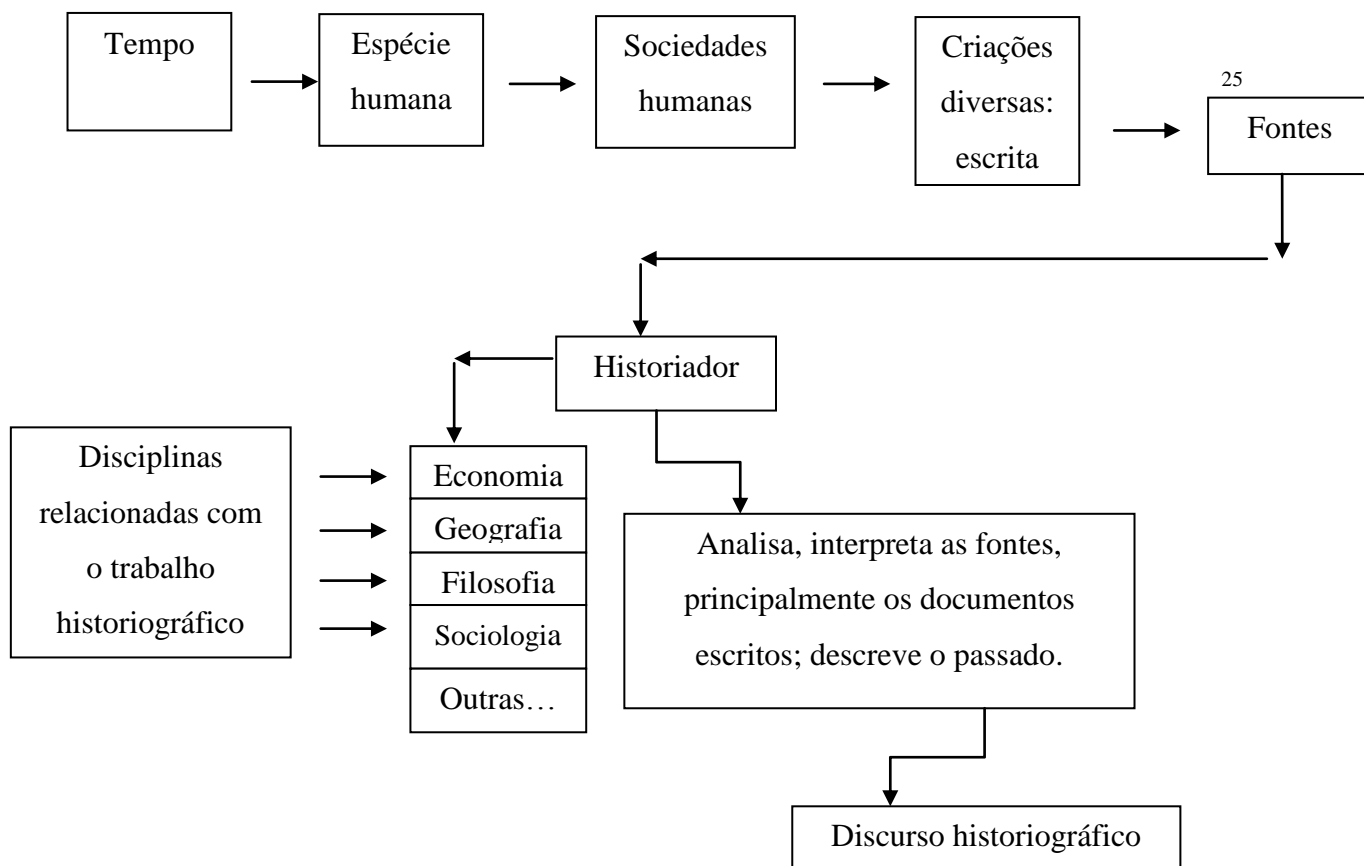
Como refere Richard Evans, “Auschwitz não foi um mero discurso; conceber uma execução em massa como um texto é votá-la à banalização. As câmaras de gás não se podem confundir com uma figura de retórica. E, se isto é válido para Auschwitz, é válido também para outros acontecimentos, factos, instituições e pessoas do passado.”²⁴

É possível verificar as interpretações, confirmando-as ou refutando-as, através do recurso às provas.

²⁴ Evans, Richard, op. cit., pp. 139-140

Conclusão

A sociedade humana tem História, ou seja, não é uma repetição de si mesma. O ser humano pensa, assim como tem memórias sensoriais que são fundamentais para a compreensão da sua própria vida, a história cumpre o papel da “memória coletiva”. Não está em causa que essa memória seja perfeita (como uma memória individual também o não é). Não está igualmente em causa que a memória coletiva (a historiografia) não possa ser manipulada, distorcida, desviada da realidade, ou que – pura e simplesmente – não haja documentos (ou fontes em geral) destruídos – o que corresponde ao esquecimento a nível individual. Porém, a história é fatal. A alternativa à existência da história (com todas as limitações que se lhe conhecem) seria uma “não-história”, o que corresponderia, no plano individual, à ausência de memória. Todos sabemos que as pessoas que, pela sua idade ou por doenças, perdem a memória se transformam em seres profundamente diminuídos e indefesos. Permaneceremos sempre «amarrados» às fontes e às incompletudes da historiografia, mas não temos alternativa. Creio que, para traduzir de forma sucinta parte do que se disse, se pode seguir o seguinte esquema:



²⁵ Mota, Carlos. *Breve História da Educação no Ocidente*, Cadernos do Caos, Porto, 2003, p. 19

Identificação de nomes e instituições

Nomes:

Geoffrey Elton (Sir);

E. H. Carr;

Le Roy Ladurie;

Karl Marx;

Hayden White.

Instituições:

Universidade de Chicago;

American History Association;

Arquivos oficiais de Hamburgo;

Universidade de Oxford;

Universidade de Princeton

Bibliografia

Duarte, Luís Miguel R. Oliveira, Apontamentos de Teoria e Tipologia das Fontes em História.

Evans, Richard. *Em Defesa da História*, Temas e Debates, Lisboa, 2000.

Mendes, José M. Amado. *História Económica e Social dos Séculos XV a XX*, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992.

Mendes, José M. Amado. *A História como Ciência*, Coimbra Editora, Coimbra, 1998.

Mota, Carlos. *Breve História da Educação no Ocidente*, Cadernos do Caos, Porto, 2003.

Piggott, Stuart. *A Europa Antiga do Início da Agricultura à Antiguidade Clássica*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.

Veyne, Paul. *Como se escreve a História*, Edições 70, Lisboa, 2008.